

# PUBLICIDADE LEGAL

**FESTA NACIONAL DA UVA, TURISMO E  
EMPREENHIMENTOS S/A**

CNPJ: 88.581.608/0001-06

**CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Convidamos os Senhores Acionistas para participarem de Assembleia Geral Ordinária a realizar-se dia 30 de abril de 2026, às 11:00 hs na Sede da sociedade, sita à Rua Ludovico Cavinato nº 1431, bairro N.Sra. da Saúde, nesta cidade de Caxias do Sul - RS, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: A) Prestação de Contas dos Administradores e aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2025; B) Destituição, eleição e/ou reeleição dos membros do Conselho de Administração; C) Fixar a remuneração dos Administradores (Diretores e Membros do Conselho de Administração); D) Outros assuntos de interesse social.

**Caxias do Sul, 14 de abril de 2026**

**Adriano Tacca – Presidente do Conselho de Administração.**

**COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - PROCENPA**  
**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Com o relatório dos auditores independentes**

01/03

**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2025**

**Introdução** - O Relatório de Administração 2025 da PROCENPA cumpre, em primeiro lugar, as exigências legais e estatutárias relativas à prestação de contas. Nele, detalhamos a estrutura da empresa, sua constituição, os produtos oferecidos, os principais clientes, as entregas realizadas e as iniciativas socioambientais desenvolvidas. Além disso, apresentamos as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício de 2025, acompanhados de uma análise sucinta dos fatos financeiros e contábeis mais relevantes. Comprometida com a inovação e a eficiência, a PROCENPA apresenta este documento como um panorama das ações planejadas e realizadas em 2025, evidenciando resultados concretos e delineando a perspectiva para 2026. Consolidamos as iniciativas mais significativas da empresa, direcionando a informação não apenas aos acionistas, órgãos de fiscalização e auditoria, mas também aos cidadãos de Porto Alegre, às organizações públicas que buscam soluções tecnológicas e ao mercado de TI em geral. **Quem somos** - Fundada em setembro de 1977, a Procempa tem sua sede em Porto Alegre/RS e funciona como Sociedade de Economia Mista de capital fechado, com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre detendo a maioria das ações. Como centro de referência da administração municipal para demandas tecnológicas, a missão da empresa é prover soluções tecnológicas especializadas e inovadoras para aprimorar a Gestão Pública da cidade de Porto Alegre. Ao longo de sua trajetória, a Procempa consolidou expertise em desenvolvimento, hospedagem e operação de sistemas, contribuindo para a entrega de serviços nas áreas de saúde, educação, finanças, segurança, transporte, saneamento, meio-ambiente e planejamento, entre outras. Com um datacenter próprio e rede dedicada, a Procempa também presta serviços de conectividade, videomonitoramento, trunking, rádio-Wi-Fi e rede local para a Administração Pública direta e indireta do município. Os órgãos estatutários da Procempa são: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária e Comitê de Elegibilidade. A administração é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, enquanto o Conselho Fiscal atua como órgão de assessoria, fiscalização e acompanhamento das decisões dos administradores. O Comitê de Auditoria Estatutária, em apoio ao Conselho de Administração, supervisiona auditorias, controle interno e gestão de riscos. Já o Comitê de Elegibilidade auxilia o acionista controlador na verificação da conformidade dos processos de indicação e avaliação de administradores e conselheiros. As competências desses órgãos estão previstas no Estatuto Social e nos regulamentos internos da Procempa. Além dos órgãos estatutários, a companhia conta com comitês e órgãos não previstos em seu estatuto, mas que desempenham papéis estratégicos, consultivos e de assessoria: Comitê de Ética e Integridade (CEI), Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão (CDEI), Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, Comitê de Arqueação e Inovação, Comitê de Planejamento de Evolução Tecnológica (COMPET) e Laboratório de Inovação (SMARTLAB), Comitê Permanente do Plano Previdenciário Complementar, Comissão Permanente de Sindicância, Comissão de Representação da Administração e Comitê Interno de Prevenção de Acidentes. Os temas estratégicos que norteiam a Procempa, alinhados à sua visão e missão, incluem: manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ampliação da receita com recursos excedentes, fortalecimento da imagem institucional e aumento da percepção de valor para o cliente, proatividade em soluções de TIC, gestão de processos e conhecimento, governança corporativa e gestão estratégica de pessoas.

**Alta Gestão**

**Diretora Presidente - Débora Roesler.**  
**Diretor Técnico - Thiago Xavier Ribeiro.**  
**Diretor Administrativo Financeiro - André Wink Guaragna.**  
**Gerente de Infraestrutura - Lino Roque Kieling.**  
**Gerente de Gestão de Pessoas - Caroline Biasi.**  
**Gerente de Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas - César Bridi.**

**Gerente Administrativo - Leandro Marques Santos.**

**Gerente de Gestão de Clientes e Soluções - Adriana Vial Filippi.**  
**Gerente de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos - Giulia Jaeger Engler.**  
O organograma da Procempa e sua estrutura de Governança Corporativa pode ser consultado no site da Procempa: www.procempa.com.br, ou clicando aqui. **Clientes** - A carteira de clientes da Procempa é composta, principalmente, pelos órgãos ligados à administração municipal de Porto Alegre, mas também conta com outras prefeituras, órgãos e instituições privadas. A empresa estabelece contratos de prestação de serviços diferenciados, com diversos órgãos públicos e entidades privadas, com preços competitivos aliados a uma qualidade de referência no mercado e, especialmente, dentre as empresas públicas de TI. A estratégia comercial garante busca garantir a sustentabilidade financeira empresa e permitir investimentos na continuidade, melhoria e inovação de seus serviços. Principais clientes: Dentre outros, os principais clientes são: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (administração centralizada) - DMU - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - DMAL - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - EPTC - EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE CIRCULAR - DEPTO MUNIC PREVIDENCIA SERV PUBLICOS MUNIC POA - DEMHAB - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CAUMA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAS DO SUL - SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS. Em 2024, a Procempa ampliou sua estratégia de mercado com a criação da área de Novos Negócios. Posicionada como um elo vital entre a capacidade técnica, inovadora e produtiva da companhia e o dinâmico mercado GovTech, essa área foi desenhada para escalar a oferta de soluções tecnológicas a órgãos públicos em todo o país. Um marco importante foi a bem-sucedida comercialização do Complexo Regulador de Saúde para o Estado de Goiás, uma evidência tangível da receptividade do mercado e da replicabilidade de suas soluções, impulsionando a prospeção de oportunidades em outros estados. A aceleração da inovação é também um pilar central dessa estratégia, concretizada por meio do Procempa Open Lab, seu programa de inovação aberta. A primeira edição do programa, concluída em setembro de 2025, demonstrou o compromisso da Procempa com a cocriação. Além de capacitar 40 funcionários como Agentes de Inovação - fortalecendo o capital humano e a cultura inovadora interna - a iniciativa resultou na formalização de duas parcerias estratégicas com startups, via Contratos de Participação em Soluções Inovadoras (CPSIs). Com o NOLKAE Defence, foi desenvolvida a plataforma ConectaPoa, que integra câmeras, dados meteorológicos e redes Wi-Fi, fornecendo uma visão preditiva e abrangente do cenário urbano. Essa solução é um diferencial estratégico para a gestão inteligente de cidades. Em colaboração com a Waze Intelligence, foi criada uma ferramenta de Inteligência Artificial capaz de extrair e interpretar imagens laboratoriais em larga escala. Compatível com o Complexo Regulador de Saúde, essa inovação otimiza a geração de relatórios de inteligência para decisões em saúde pública, um avanço significativo em um dos quatro pilares estruturantes da Procempa para a interoperabilidade dos sistemas da PMPA. **Entregas à cidade** No exercício findo, a Procempa consolidou sua posição como um catalisador da transformação digital ao inaugurar o SmartLab, seu laboratório de inovação. Focado no desenvolvimento de soluções para aprimorar a gestão das cidades, o SmartLab atua em parceria com o poder público, universidades e empresas. Esta iniciativa impulsionou desafios de inovação aberta que culminaram na criação de três Provas de Conceito (POCs) e na entrega de duas soluções completas, demonstrando a agilidade e eficácia de sua abordagem. Paralelamente, a empresa avançou significativamente no uso de Inteligência Artificial (IA), com um foco estratégico e de alto impacto nas áreas da saúde e segurança pública. Na saúde, a Procempa está na vanguarda com projetos de IA que prometem elevar o nível de atendimento ao cidadão. Iniciativas como MIRAI, para detecção precoce do câncer de mama, SYBIL, voltado à previsão de risco de câncer de pulmão, e SkinScan, para câncer de pele, já apresentam resultados científicos e clínicos promissores, com previsão de implantação para testes diagnósticos e tratamentos. Além disso, a integração da IA Med-Gemma ao sistema GERINT - um sistema premiado em evento da ONU - está em fase de testes, visando aprimorar

pré-diagnósticos e priorizar atendimentos com base em dados clínicos precisos, elevando a qualidade dos serviços de saúde municipal. No âmbito da segurança pública, a aplicação de IA generativa já transforma o cerceamento eletrônico para análise avançada de veículos e apoio a investigações, com um vasto potencial de expansão para vigilância por vídeo e reconhecimento de padrões. Essas iniciativas são complementadas pelo SmartEng, uma IA generativa interna com mais de 250 usuários, e por um projeto inovador com a SMAMUS que emprega IA na análise de plantas arquitetônicas, visando a automatização da verificação de conformidade urbanística em processos de licenciamento e fiscalização. Tais avanços reforçam o papel da Procempa como um agente fundamental na construção de uma cidade mais segura e eficiente. A concretização de todas essas iniciativas de ponta, que demandam um elevado potencial de processamento, armazenamento e tráfego de informações e dados, tem sido respaldada por investimentos estratégicos e substanciais em infraestrutura tecnológica, totalizando aproximadamente R\$ 134 milhões. Esses recursos estão sendo alocados em aquisições, modernizações e contratações de serviços especializados, visando a expansão e o aprimoramento tecnológico. Os principais investimentos incluem a atualização do parque computacional, a ampliação da capacidade de armazenamento e processamento, o fortalecimento das redes e comunicações, a expansão de soluções em nuvem e a implementação de mecanismos avançados de segurança da informação e continuidade de negócios. As decisões de investimento foram meticolosamente fundamentadas em rigoroso planejamento prévio, com horizonte de 5 anos, análise de riscos e detalhados estudos de viabilidade técnica e econômica. A Procempa prioriza a aderência estrita à sua estratégia corporativa, observando critérios de economicidade, sustentabilidade e conformidade com a legislação aplicável aos serviços públicos. A consolidação estratégica desses investimentos reflete o compromisso institucional da Procempa com a modernização tecnológica, a melhoria contínua dos serviços digitais e o suporte eficiente às áreas finalísticas e administrativas da administração pública. Mais do que uma simples aplicação de recursos, essas ações demonstram a evolução e a maturidade tecnológica da Procempa, posicionando-a com um parcerio estratégico indispensável para a transformação digital das cidades e a expansão para novos clientes públicos no cenário GovTech brasileiro. **ESG - Environmental Social and Governance** Comprometida com a responsabilidade socioambiental, a PROCENPA possui um Plano Logística Sustentável (PLS), alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), vinculando metas e iniciativas aos Planos de Ação da Agenda 2030. Esse alinhamento impulsiona a promoção de vida digna, a garantia de direitos humanos e a proteção ambiental, consolidando a empresa como um agente transformador da cidade. Em reconhecimento a esses esforços, em 2025 a PROCENPA recebeu o 3º lugar no 3º Fórum Municipal de Logística Sustentável da Prefeitura de Porto Alegre. A premiação, entregue pelo Prefeito, destaca o compromisso com qualidade ambiental, uso consciente de recursos, gestão de resíduos e produtos sustentáveis, celebrando a liderança coletiva de todos os colaboradores para o futuro. Na área social, a Procempa foi pioneira ao ser a primeira empresa pública a abrir uma unidade do Projeto Pesa. O projeto visa a inclusão no setor do mercado de trabalho, além do desenvolvimento pessoal e social dos jovens. Nesses 20 anos, testemunhamos a transformação de mais de 290 jovens e no último período, foram formados mais 183 jovens. **Desempenho Econômico-Financeiro** Entender o resultado de 2025 passa por recapitular os movimentos estruturantes realizados ao longo desta década. Nos últimos anos da década passada, visando reverter os resultados negativos e restabelecer o nível de caixa a patamares mais equilibrados, a empresa priorizou uma agenda intensa de redução de custos, diante de um cenário persistente de diminuição de receita. A agenda de reversão para resultados positivos exigiu estender a vida útil do parque tecnológico, mantendo baixa reposição de investimentos. Além disso, houve descontinuidade de contratos de fornecedores, bem como redução do quadro funcional. Ao final da década passada, a empresa apresentava um saldo financeiro acima da cobertura do ciclo financeiro e passava a auferir resultados operacionais positivos. A partir de 2021, a empresa adotou uma nova proposta de gestão, com foco em reposicionamento

de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. **4. Disponibilidades** - Disponibilidades compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço. A Companhia considera disponibilidades de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão realizadas em bancos de primeira linha, com rendimentos atrelados à taxa Selic. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de três meses ou menos a contar da data da contratação. Em 2025 o prazo médio de recebimento, diminuiu em relação ao exercício anterior passando a 41 dias para 35 dias.

de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. **4. Disponibilidades** - Disponibilidades compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço. A Companhia considera disponibilidades de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão realizadas em bancos de primeira linha, com rendimentos atrelados à taxa Selic. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de três meses ou menos a contar da data da contratação. Em 2025 o prazo médio de recebimento, diminuiu em relação ao exercício anterior passando a 41 dias para 35 dias.

	2025	2024
<b>Disponibilidades</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Aplicações financeiras	26.046.255	21.914.965
Caixa	755	1.060
Bancos	11.244	15.034
<b>Saldo ao final do exercício</b>	<b>26.060.254</b>	<b>21.930.959</b>

**5. Contas a receber de clientes** - Os valores que a Procempa tem a receber de clientes incluem os serviços futuros, mas ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. Estes créditos não possuem componentes de financiamento ou seja, a Companhia não inclui juros no valor futuro de seus clientes. Representam o valor acordado entre as partes, com prazo de vencimento de quarenta e cinco dias, cujo recebimento médio em 2025 foi de trinta e cinco dias. Nos termos da NBC TG 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem natureza de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, portanto, reconhecidos pelo custo amortizado. A Procempa adota como política de mensuração de contas a receber a aplicabilidade do ajuste a valor presente para títulos vencidos e não recebidos ao custo do prazo médio de recebimento. Em relação a clientes da esfera Pública Municipal, foi adotado o ajuste de validade do orçamento público, que é de 12 meses, para considerar um título como passível de crédito a valor presente.

	2025	2024
<b>Composição de Contas a Receber</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Administração direta do Município de Porto Alegre	10.574.795	12.614.038
Administração indireta do Município de Porto Alegre	4.116.690	2.826.934
Corporativos	210.564	136.529
Pessoa Física	0	0
(-) Estimativa de perdas créditos liquidação duvidosa (EPLCD)	(29.986)	(57.107)
(-) Ajuste a Valor Presente Contas a Receber (CPC 12)	(6.006)	(56.168)
Clientes a futuro	2.362.477	-
<b>Saldo ao final do exercício</b>	<b>17.228.534</b>	<b>15.464.205</b>

**5.1. Agindo do contas a receber**

Aging list de contas a receber	A vencer	Vencidos até 35 dias	Vencidos de 36 a 60 dias	Vencidos de 61 a 120 dias	Vencidos há mais de 120 dias	Total em 31/12/2025
Administração direta Município POA	8.887.878	795.967	90.055	785.620	15.274	10.574.795
Administração indireta Município POA	2.840.233	599.394	164,34	676.899	-	4.116.690
Corporativos	198.829,04	5.828,44	1738,88	4167,64	-	210.564,00
(-) PECLD	-	-	-	-	-29.986	-29.986
(-) Ajuste a Valor Presente	-	-	-	-	-6.006	-6.006
<b>Total</b>	<b>11.152.645</b>	<b>1.395.362</b>	<b>90.219</b>	<b>1.462.519</b>	<b>-20.718</b>	<b>14.080.027</b>

**5.2. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (EPLCD)** - Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a estimativa de perda dos valores devidos pelos clientes. O valor calculado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos. A PECLD é constituída de acordo com procedimentos e critérios definidos pela Administração, que inclui análise criteriosa das futuras a receber para cobrar eventuais perdas na realização de valores a receber. Durante o exercício de 2025, após retermos cobranças realizadas e sem perspectiva de recebimentos a Companhia baixou, de forma efetiva, o valor de R\$ 11.036 de clientes inadimplentes, com a imediata indisponibilização dos serviços. Desta forma, mantém-se a diretrix de uma carteira de clientes qualificados, em que há a perspectiva de prestação dos serviços, com a devida remuneração. A perspectiva é de que a mesma política de avaliação seja realizada no decorrer do exercício de 2026.

	2025	2024
<b>Ativo não circulante mantido para venda</b> - Trata-se da classificação de itens que serão destinados para futuro líquido ou para descarte. O valor contábil destes bens é mensurado pelo Valor Residual. São bens cuja expectativa de benefício econômico-financeiro não existe mais, em decorrência de desgaste, impossibilidade de utilização, cessar, reaproveitamento ou qualquer outra destinação.	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Valor original dos bens disponíveis para alienação	1.086.690	2.484.313
(-) Depreciação Acumulada	-1.081.724	-2.467.132
<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>4.966</b>	<b>17.181</b>

**11. Ativo não circulante mantido para venda** - Trata-se da classificação de itens que serão destinados para futuro líquido ou para descarte. O valor contábil destes bens é mensurado pelo Valor Residual. São bens cuja expectativa de benefício econômico-financeiro não existe mais, em decorrência de desgaste, impossibilidade de utilização, cessar, reaproveitamento ou qualquer outra destinação.

**12. Realizável a longo prazo** - Compreendem os depósitos judiciais, tributos diferidos, licenças de software não classificáveis no ativo circulante ou intangível, bem como valores antecipados como garantias contratuais. O saldo de depósitos judiciais refere-se a ações trabalhistas em que a Companhia consta como ré e é atualizado mensalmente pelos índices oficiais do governo. Para estas ações trabalhistas existem provisões registradas no passivo não circulante, rubrica Contingências. A redução no saldo dos depósitos judiciais ocorreu em virtude de compensação de depósitos judiciais com os valores a pagar, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado. A contabilização do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos ativos foi efetuado considerando as consequências fiscais atuais e futuras, incluindo o reconhecimento de ativo fiscal diferido, decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis no futuro e cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização destes ativos. A composição dos tributos diferidos consta na Nota 30 - Tributos Diferidos. Já a rubrica outros valores a receber compreende o registro de processos judiciais em trâmite, decorrentes de ações de Execução de Títulos Executivos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul contra antigos administradores da Companhia, decorrentes de irregularidades cometidas nas gestões dos exercícios de 2011 e 2012. A composição dos valores a receber dos antigos administradores, bem como dos demais processos judiciais em que a Procempa figura como parte ou interessada consta na Nota Explicativa 32 - Processos Judiciais contra ex-gestores.

**Realizável a longo prazo**

	2025	2024
Tributos Diferidos	6.842.081	3.512.841
Depósitos judiciais	1.549.687	2.735.392
Licenças Temporárias - LP	1.297.720	1.525.720
Outros valores a receber	884.611	698.387
Créditos e garantias contratuais	386.448	396.392
<b>Saldo ao final do exercício</b>	<b>10.760.548</b>	<b>8.829.291</b>

**13. Investimentos** - O prédio da Procempa localizado no Bairro Zenaida está destinado para fins de locação para a Secretaria Municipal da Saúde. O valor mensal do aluguel é de R\$ 13.667. De acordo com o contrato, o imóvel destina-se única e exclusivamente para a operação do novo sistema de dispensação de medicamentos especiais, tanto para os cidadãos que retiram os medicamentos "in loco", como ao sistema logístico de entrega domiciliar com separação física das operações. Do seja, trata-se de locação para o Município de Porto Alegre, atendendo às demandas da sociedade, proporcionando maior agilidade no atendimento para distribuição de medicamentos à população. Como forma de mensuração, adotou-se o critério do valor justo do bem. O valor justo foi mensurado com base na abordagem da receita, conforme previsto no Item 62 do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, em convergência com a norma internacional IFRS 13. Para o exercício de 2025, o valor justo apurado totalizou R\$ 2.166.667. A diferença entre o valor contábil anteriormente registrado e o valor justo apurado foi reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP), em conformidade com as disposições normativas aplicáveis. Foi mantida a reclassificação dos valores das cotas do FINOR junto ao Banco do Nordeste, que estavam registrados em Investimentos, para o ativo circulante. A reclassificação deveu-se, sobretudo, à expectativa de realização e da decisão da administração da Companhia em alienar estas cotas. No que diz respeito à constituição de perdas ao valor recuperável do terreno classificado como investimento, não houve mudança na avaliação. Desta forma, foi mantida a estimativa de perda. Trata-se de terreno de propriedade da Companhia, mas que atualmente é objeto de invasão. Não há qualquer perspectiva de reintegração deste terreno, bem como de uso para fins administrativos, comerciais, ou como investimento por parte da Procempa. Desta forma, a Procempa procedeu com a constituição de registro de Perda por Redução do Valor Recuperável deste bem pelo seu valor total.

	2025	2024
<b>Investimentos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Propriedades para Investimento	2.166.667	1.088.496
Ações CRT	40.998	40.998
(-) Perda ao Valor Recuperável - Ações CRT	(40.998)	(40.998)

<b>BALANÇO PATRIMONIAL - EM REAIS</b>			
	Nota	2025	2024
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>59.159.450</b>	<b>48.202.567</b>
Disponibilidades	4	26.060.254	21.931.059
Contas a receber de clientes	5	17.228.534	15.464.205
Adiantamentos a empregados e fornecedores	6	1.077.187	1.055.182
Tributos a recuperar	7	7.695.714	6.270.779
Estoque	8	3.160.617	98.088
Despesas do exercício seguinte	9	3.893.950	3.259.302
Outras contas a receber	10	38.229	106.770
Ativo não circulante mantido para venda	11	4.966	17.181
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>74.536.580</b>	<b>61.017.151</b>
Realizável a longo prazo	12 e 30	10.760.548	8.829.291
Investimentos	13	2.166.667	1.088.496
Imobilizado	14	52.968.777	43.129.277
Intangível	14	8.640.588	797.087
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>133.696.030</b>	<b>109.219.718</b>

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	Nota	2025	2024
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>50.829.911</b>	<b>38.333.945</b>
Fornecedores	15	10.725.581	7.371.996
Salários e contribuições sociais	16	26.607.947	22.144.356
Obrigações tributárias	17	3.995.043	3.580.307
Receitas Antecipadas (CP)	18	404.977	21.804
Obrigações judiciais a pagar	19	83.860	-
Obrigações Contratuais (CP)	20	5.737.245	2.101.304
Provisões (CP)	20	568.827	1.147.472
Empréstimos e Financiamentos (CP)	21	2.706.431	1.966.705
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>26.140.162</b>	<b>17.200.222</b>
Receitas Antecipadas (LP)	18	743.671	-
Obrigações Contratuais (LP)	19	2.938.124	3.351.433
Provisões (LP)	20	6.416.038	3.360.125
Empréstimos e Financiamentos (LP)	21	12.930.573	7.274.235
Previdência Complementar a pagar	22	2.873.432	2.946.324
Tributos Diferidos (LP)	30	238.234	268.105
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>56.725.958</b>	<b>53.685.551</b>
Capital social	23	47.538.991	47.538.991
Reservas de lucros	24	8.108.796	6.146.560
Ajustes de Avaliação Patrimonial	11	1.078.170	-
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>133.696.030</b>	<b>109.219.718</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - EM REAIS**

	Nota	2025	2024
<b>Receita de prestação de serviços</b>	<b>25</b>	<b>173.137.047</b>	<b>149.324.847</b>
Operação e desenvolvimento de sistemas		123.458.641	104.087.809
Gestão de infraestrutura		49.110.347	44.320.556
Telecomunicações e provedor de internet		568.059	916.482
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(10.078.968)</b>	<b>(9.417.843)</b>	
CANCELAMENTOS E ABATIMENTOS			
Tributos sobre a receita		(3.064.338)	(3.567.619)
Receita operacional líquida	25	163.058.079	139.907.004
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>26</b>	<b>(129.381.948)</b>	<b>(108.935.043)</b>
Custos com pessoal e benefícios		(99.628.922)	(85.015.172)
Outros custos indiretos		(23.661.568)	(18.523.865)
Custo de depreciação e amortização		(6.091.468)	(5.396.006)
Lucro bruto		33.676.131	30.971.961
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>26</b>	<b>(41.758.293)</b>	<b>(31.097.153)</b>
Despesas com pessoal e benefícios		(24.532.808)	(23.206.927)
Outras despesas		(7.441.489)	(5.790.305)
Despesas de depreciação e amortização		(990.279)	(934.569)
Provisões de processos judiciais		(8.745.560)	(1.092.257)
Despesas tributárias		(48.156)	(73.095)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>27</b>	<b>844.525</b>	<b>857.201</b>
Despesas financeiras		(1.549.764)	(1.377.971)
Receitas financeiras		2.394.288	2.235.171
<b>Outros Resultados Operacionais</b>	<b>28</b>	<b>5.840.854</b>	<b>2.220.296</b>
Outras Receitas		6.402.712	2.547.877
Outras Despesas		(561.858)	(327.581)
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>(1.396.738)</b>	<b>2.352.305</b>	
(-) Tributos Correntes	29	-	(8.950)
Tributos Diferidos	30	3.359.020	(385.056)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>24</b>	<b>1.962.236</b>	<b>2.560.299</b>
<b>Resultado por mil ações</b>		<b>0,35469242</b>	<b>0,46279784&lt;/</b>

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - PROCEPMA									
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Com o relatório dos auditores independentes									
02/03									
Terrenos		43.757	43.757	Edgêfy Ltda		-	891.203	(CEF). Para a mesma finalidade a empresa possui também outros dois empréstimos bancários, os quais foram contratados em 2023, com a Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).	
(-) Perda ao Valor Recuperável - Terrenos		(43.757)	(43.757)	Imagem Geosistemas Ltda		-	547.715		
<b>Saldo ao final do exercício</b>		<b>2.166.667</b>	<b>1.088.496</b>	Teletex Ltda		-	286.992		
<b>14. Imobilizado e Intangível</b> Os Ativos Imobilizado e Intangível estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária em vigor. Não foram detectadas mudanças significativas na medida ou maneira em que os ativos estão sendo utilizados. Não há evidências de mudanças que possam tornar um bem inativo ou que a administração planeje descontinuar, restaurar ou baixar antecipadamente.									
<b>Movimentação</b>									
	Saldo Líquido 31/12/2024	Aquisições e Aplicações	Entrada por transferência	Saída por transferência	Baixas Custo Original	Deprec. Amort. Do Exercício	Baixas Depreciação	Saldo Líquido 31/12/2025	
<b>Imobilizado</b>									
Terrenos	314.951	0	0	0	0	0	0	- 314.951	
Imóveis	10.784.555	2.218.104	0	(10.000)	0	(303.140)	-	- 12.685.519	
Benfeitoria em bens de terceiros	1.718.716	915.538	10.000	0	0	(212.419)	-	- 2.431.835	
Bens de terceiros	-	537.142	0	0	0	0	-	- 537.142	
Móveis e Utensílios	900.630	157.087	0	(115.598)	(34.037)	(58.968)	32.447	- 881.561	
Equipamentos operacionais	9.780.463	4.123.598	0	(149.429)	(981.624)	(2.823.228)	772.592	- 10.722.373	
Equipamentos de informática	712.902	557.482	0	(1.456)	(57.435)	(218.395)	56.550	- 1.050.048	
Ferramentas	524.582	49.780	0	(151)	0	(118.506)	-	- 455.705	
Pecúnia de Resgate	24.409	26.500	0	0	0	(6.317)	-	- 44.592	
Infância	14.765.737	6.041.519	86.833	0	0	(633.084)	-	- 20.261.009	
Ativo Direto de Uso	3.682.333	0	0	0	0	(411.643)	-	- 3.190.690	
Imobilização em andamento	476.190	0	0	(86.833)	0	0	0	- 389.357	
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>43.129.277</b>	<b>15.102.939</b>	<b>96.833</b>	<b>-363.468</b>	<b>-1.073.095</b>	<b>-4.785.699</b>	<b>861.989</b>	<b>52.968.777</b>	
<b>Intangível</b>									
Marcas e patentes	9.313	0	0	0	0	0	0	- 9.313	
Softwares	7.960.773	1.111.638	0	0	0	(2.308.524)	0	- 6.763.885	
Intangível para imobilização	0	1.867.389	0	0	0	0	0	- 1.867.389	
Intangível de vida útil indefinida	0	0	0	0	0	0	0	- 0	
<b>Total do Intangível</b>	<b>7.970.086</b>	<b>2.979.025</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(2.308.524)</b>	<b>0</b>	<b>8.640.587</b>	
<b>14.1. Impairment</b> - No decorrer do exercício de 2025, a Companhia procedeu com análise dos seus ativos, de forma a concluir sobre a necessidade ou não de determinar, por meio de estimativas formais, o valor recuperável dos ativos registrados em sua contabilidade, conforme determinado pela NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e Incisos I e II do §3º da Lei nº 6.404/76. No ano de 2025 foram analisados os registros de todos os laudos dos bens que se tomaram inservíveis de 2022 até 2025. De acordo com as atividades realizadas, analisou-se haveria indicativo de perda por desvalorização, as áreas técnicas da Companhia, ao avaliar o cenário atual, em relação ao parque dos bens da Companhia, as demandas de serviços existentes, o pleno uso destes bens, e do retorno econômico financeiro decorrente do uso destes bens, ficou demonstrado que não há indicativo de possível desvalorização de ativos da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCENPA. <b>14.2. Análise da vida útil dos bens</b> - Esta determinação está prevista no artigo 183, § 3º, inciso II da Lei 6.404/64, o qual exige que "a Companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". O item 54 da NBC TG 27 também exige que "o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício". A Procepmat iniciou a adoção, a partir do exercício financeiro de 2024, da mensuração e registro de depreciação e amortização societária com base na vida útil dos bens. Desta forma, o cálculo e contabilização da depreciação e amortização da Companhia são adotados com base na vida útil dos bens, com o respectivo registro no resultado do exercício. A depreciação e amortização fiscal permanente calculadas mensalmente, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as diretrizes da legislação tributária. <b>14.3. Ativo de Direito de Uso</b> - A Procepmat e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre formalizaram, através de contrato de Termo de Permissão de Uso (TPU) com validade de dez anos, a mudança da Sede Administrativa da Procepmat para as instalações do Centro Administrativo Municipal (CAM). Como contrapartida, uma grande parte do espaço físico da antiga sede foi destinada para a Secretaria Municipal de Segurança (SMSEG), sendo que a Procepmat permanece ocupando uma pequena área das instalações para a área de infraestrutura, e um espaço de maior valor agregado para as instalações do Data Center e demais servidores da Procepmat. Como resultado desta alteração, o valor contábil proporcional do espaço físico destinado à SMSEG, incluindo o Centro Integrado de Comando de Porto Alegre (Ceic), foram devidamente baixados do registro patrimonial. Esta baixa totalizou R\$ 3.984 milhões. O valor da área utilizada pela área de infraestrutura da Procepmat corresponde a R\$ 1.189 milhão. Já a área utilizada pela Sala Cofre, corresponde ao total de R\$ 10.035 milhões. Já em relação ao espaço cedido à Procepmat no CAM, foram destinadas a área térrea, o 4º e 5º andares, resultando em um valor de mercado de R\$ 4.117 milhões. Este valor foi contabilizado como Ativo de Direito de Uso, no imobilizado, de acordo com o valor de mercado dos aluguéis. Em contrapartida no passivo, como Obrigações Contratuais (Nota 19). Obrigações contratuais e societárias, segregado em curto e longo prazos. Por se tratar de uma TPU não onerosa, mas apenas de um contrato de cessação de uso de forma recíproca, não há a previsão de desembolsos financeiros e nem de recebimentos. Desta forma, a previsão contratual é de uso e manutenção dos ambientes e dos respectivos espaços físicos sob responsabilidade de cada parte. O procedimento contábil adotado é o reconhecimento mensal da depreciação do ativo direito de uso, no valor de R\$ 34.307, de forma linear com base na duração do contrato. A contrapartida do reconhecimento no ativo gerou o respectivo reconhecimento da obrigação contratual no passivo, com a concomitante baixa no resultado do exercício, em obediência ao princípio da competência, também no valor mensal de R\$ 34.307 de forma linear com base na duração do contrato. <b>14.4. Bens em poder de terceiros</b> - A Procepmat cedeu bens que não estavam sendo utilizados em suas operações a outros órgãos da Prefeitura de Porto Alegre via Termo de Cessão de Uso. Neste caso, o processo de controle sobre tais bens, e a dever de guardar e conservar os itens cedidos sob responsabilidade do cessionário, que deverá prestar contas à Procepmat junto a cada e regular gestão de tais itens. Para que ocorra o devido controle por parte da Procepmat, os bens cedidos permanecerão com o cálculo da depreciação contábil no sistema de gestão patrimonial da empresa. Tais valores são compensados através dos ajustes da contabilização da perda por redução ao Valor Recuperável da Companhia.									
<b>Bens em poder de terceiros</b>		<b>2025</b>	<b>2024</b>						
Custo Original dos Bens - Valor Bruto		1.203.452	482.006						
(-) Depreciação Acumulada		(1.001.172)	(454.343)						
<b>Total</b>		<b>202.280</b>	<b>27.663</b>						
<b>14.5. Bens de terceiros na guarda da Procepmat</b> - No exercício de 2025, a Procepmat passou a registrar, em seu balanço patrimonial e nos respectivos controles patrimoniais, os bens de propriedade de terceiros que se encontram sob sua guarda. Tais bens correspondem, principalmente, a equipamentos pertencentes a órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, destinados à instalação no município. Durante o período em que permanecem sob sua responsabilidade, a Procepmat responde pela configuração, preparação e instalação desses equipamentos. Após a conclusão dos serviços e a devolução formal aos respectivos órgãos proprietários, os bens são devidamente baixados do balanço e dos registros patrimoniais da Companhia. <b>14.6. Ativo Intangível</b> desenvolvido internamente. O FICAI consiste em uma plataforma formal destinada ao registro, encaminhamento e sistematização de informações relativas a estudantes em situação de infrequência, evasão escolar ou não acesso à escola. O sistema foi implementado em março de 2022, visando a integrar as soluções tecnológicas voltadas à gestão educacional do Município. A mensuração do ativo foi realizada em conformidade com os itens 42, 43 e 54 a 62 do CPC 04 - Ativo Intangível, considerando os gastos diretamente atribuíveis ao seu desenvolvimento. O valor reconhecido corresponde ao total das horas técnicas despendidas na fase de desenvolvimento do sistema, deduzidos os valores relativos a atividades de correção de erros e manutenção, por não atenderem aos critérios para serem definidos como um ativo estabelecidos na referida norma.									
<b>15. Fornecedores</b> - Estão registrados neste grupo os valores a pagar decorrentes de obrigações contratuais com fornecedores e prestadores de serviços, necessários à manutenção das atividades da Procepmat. Este grupo não possui componentes de financiamento, ou seja, os contratos com fornecedores não contêm juros nos valores contratados. Representam o valor acordado entre as partes, com vencimento médio de trinta dias após o aceite técnico, e em regra o pagamento aos fornecedores não ultrapassa um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente.									
<b>Fornecedores a pagar</b>		<b>2025</b>	<b>2024</b>						
Green Card S/A Refeições Com e Serviços	948.209	2.074.069	-						
Ingram Ltda	871.193	-	-						
Unimed POA Coop de Trabalho Médico	792.169	663.236	-						
Compehics Soluções em Tecnologia da Informação EIRELI	701.513	-	-						
Telectron Brasil Ltda	660.000	-	-						
Integrassol Soluções em Informática Ltda	509.320	-	-						
Technê Engenharia e Sistemas Ltda	471.093	152.881	-						
Lenovo Tecnologia Brasil Ltda	461.532	-	-						
IPQ Tecnologia Ltda	421.506	-	-						
Oracle do Brasil Ltda	401.667	259.352	-						
VS Data Com & Distr Ltda	395.000	-	-						
Benner Sistema S/A	351.158	40.873	-						
L8 Group S/A	290.990	-	-						
Stefanini Consultoria e Assessoria	288.722	118.257	-						
Gartner do Brasil Ltda	274.247	183.181	-						
Inter Informática Ltda	272.449	109.469	-						
Senior Sistemas S/A	254.277	235.973	-						
Radante Engenharia Ltda	216.785	104.853	-						
Kofre Repres e Com de Telecomunicações	207.252	-	-						
				2025		2024			
Provisões Trabalhistas e Cíveis		2025	2024						
Descrição - prováveis									
Provisões Trabalhistas Curto Prazo		568.827	1.147.472						
Provisões Trabalhistas Longo Prazo		6.410.038	2.960.125						
Provisões Cíveis		6.000	400.000						
<b>Total Provisões prováveis</b>		<b>6.984.865</b>	<b>4.507.598</b>						
Descrição - possíveis		2025	2024						
Trabalhistas		2.139.688	3.475.638						
Cíveis		5.000	5.000						
<b>Total Provisões possíveis</b>		<b>2.144.688</b>	<b>3.480.638</b>						
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia pagou, em decorrência de decisões judiciais desfavoráveis, o montante de R\$ 5.454.848. Deste total, estava provisionado o montante de R\$ 3.274.738. O total de pagamento de valores que estavam classificados como possíveis ou remotos, mas que não estava provisionado, totalizou R\$ 2.180.110. Além desses pagamentos, houve a utilização de depósitos judiciais no valor de R\$ 1.016.826 como meio de compensação para pagamento dos valores em que a Procepmat pagou, em decorrência destas decisões judiciais. Os valores pagos e que estavam provisionados, foram baixados das respectivas provisões. O valor compensado de depósitos judiciais, foi deduzido do saldo existente na respectiva rubrica.									
<b>20. Provisões Trabalhistas e Cíveis</b> - A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis e está discutindo estas questões na esfera judicial as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as partes decorrentes destas contingências judiciais classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências judiciais cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. Os montantes envolvidos nos processos judiciais são analisados, estimados e atualizados periodicamente. A classificação das perdas entre possíveis, prováveis e remotos baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião técnica de seu Departamento Jurídico.									
				2025		2024			
Reclamatórias trabalhistas e cíveis		2025	2024						
Saldo final do exercício anterior		4.507.598	7.865.525						
Pagamento de valores provisionados em exercícios anteriores		(3.274.738)	(2.827.885)						
Compensação de depósitos judiciais para pagamento de processos		(1.016.826)	(174.987)						
Complementação de provisão ao final do exercício		6.768.831	(355.056)						
<b>Total Provisões prováveis</b>		<b>6.984.865</b>	<b>4.507.598</b>						
<b>20.1 Obrigações judiciais a pagar</b> - Tratam-se valores que a Procepmat tem a pagar decorrente de parcelamentos de decisões judiciais desfavoráveis.									
<b>21. Empréstimos e Financiamentos</b> - A Companhia contratou, em 2025, empréstimo bancário para cobrir investimentos em sua infraestrutura. O empréstimo foi contratado com a Caixa Econômica Federal									
				2025		2024			
Empréstimos e Financiamentos		2025	2024						
Empréstimos e Financiamentos Caixa Econômica Federal (CP)		2.706.431	1.966.705						
Empréstimos e Financiamentos Caixa Econômica Federal (LP)		9.303.142	2.786.166						
Empréstimos e Financiamentos BRDE (LP)		3.627.451	4.488.070						
<b>Total Empréstimos e Financiamentos</b>		<b>15.637.004</b>	<b>9.240.940</b>						
O empréstimo contratado com a CEF em 2025 totalizou R\$ 9 milhões, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,67% a.a. sendo o prazo total de 48 meses através do sistema SAC. A garantia da operação consistiu na aplicação financeira SAFIRA no valor de R\$ 2.700 milhões. Enquanto o empréstimo contratado com a CEF em 2023 totalizou R\$ 8.085 milhões, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,92% a.a. sendo o prazo total de 48 meses através do sistema SAC. A garantia da operação consistiu na aplicação financeira SAFIRA no valor de R\$ 2.425 milhões. O valor contratado junto ao BRDE consiste em empréstimo realizado no valor de R\$ 4,5 milhões, com taxa de juros de TR + 2,5% a.a. (Spread FINEP) + 3,5% a.a. (Spread BRDE) totalizando 5,75% a.a. O prazo total do empréstimo é de 73 parcelas, com carência de pagamento do principal de 24 meses. Desta forma, o pagamento da primeira parcela ocorrerá em 15/08/2025 e a última em 15/08/2031. Durante os dois primeiros anos do contrato, ocorrerá pagamento somente da taxa de juros.									
<b>22. Provisão complementar a pagar</b> - Em 2023 foi constatado que o Plano de Benefícios Procepmat Prev referente aos exercícios de 2020 e 2021 apresentou déficit atuarial superior ao limite legal permitido, conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o que exigiu a execução de um plano de equipacionamento. A rentabilidade auferida no período do ano de 2020 foi de 6,76%, ocasionando uma diferença negativa em 16,85% sobre a meta de rentabilidade do Plano (28,19%). Situação semelhante em 2021, na qual a rentabilidade (6,52%) foi bem inferior à meta (22,61%), gerando diferença negativa de 15,86%. Por tais razões, o Plano de Benefícios Procepmat Prev apresentou déficit técnico no encerramento dos exercícios dos anos de 2020 e 2021, que correspondem respectivamente a 12,78% e 14,75% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido. Desta forma, a Administração da Companhia, após laudo técnico do BB Previdência e contratação de perito especializado para analisar e validar o déficit atuarial calculado do Plano de Previdência, decidiu pelo reconhecimento contábil da obrigação de proceder com o equipacionamento atuarial do Procepmat Prev. Durante o exercício de 2025 houve revisão do saldo atualizado do déficit atuarial, o que exigiu uma nova complementação no valor de R\$ 193.558 mil. Conforme previsão contratual, houve o pagamento total de R\$ 266.450 mil. no decorrer do corrente exercício.									
				2025		2024			
Saldo déficit atuarial BB Prev		2.946.324	2.500.995						
Pagamentos Realizados		(266.450)	(276.093)						
Atualização Monetária		193.558	721.424						
<b>Saldo ao final do exercício</b>		<b>2.873.432</b>	<b>2.946.324</b>						
<b>23. Capital social</b> O capital social da Companhia é de R\$ 47.538.991, dividido em 5.532.219 (cinco milhões, quinhentos e trinta e dois mil, duzentas e dezesseis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária da Companhia, em 31/12/2025 está demonstrada abaixo:									
				em Qtde		em R\$			
<b>Acionista</b>				2025		2024			
Direito Municipal de Porto Alegre - PMPA		5.261.605	95,11%	45.213.574					
Prefeitura Municipal de Água e Esgoto - DMAE		264.674	4,78%	2.274.374					
Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB		5.907	0,11%	50.759					
Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMU		33	0,00%	284					
<b>Total</b>		<b>5.532.219</b>	<b>100%</b>	<b>47.538.991</b>					
<b>Composição Capital Social</b>									
				2025		2024			
Total do Capital Social		47.538.991	47.538.991						
Total de Ações		5.532.219	5.532.219						
<b>Valor unitário das Ações</b>		<b>8,5931</b>	<b>8,5931</b>						
<b>24. Destinação do Lucro Líquido do Exercício e Composição do Patrimônio Líquido</b> No exercício de 2025 a Companhia alocou lucro líquido de R\$1.962.236. Como não há prejuízos acumulados a serem absorvidos pelas reservas de lucros, a Companhia destinou o lucro do exercício de 2025 para constituição de reservas previstas na legislação e no seu estatuto. Em relação à Reserva de Lucros à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício financeiro de 2024 (R\$ 1.920.224), a decisão dos acionistas foi pela destinação de todo o montante para Reserva de Investimentos em 2024, em virtude de projeção de investimentos previstos para os exercícios de 2026, 2027 e 2028. O artigo 57 do Estatuto Social da Companhia estabelece que, observadas as disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (i) absorção de prejuízos acumulados; (ii) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá em 20% (vinte por cento) do capital social; (iii) 20% (vinte por cento) para constituição de reserva para investimento, limitada a 30% (trinta por cento) do capital social; (iv) constituição do saldo remanescente do lucro líquido, de acordo com proposta da Diretoria, parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, para posterior decisão da Assembleia Geral Ordinária; e (v) no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos. Conforme já expandido, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$1.962.236. Após a constituição da reserva legal de R\$98.112 mil, foi constituída reserva para investimentos no montante de R\$392.447 mil. Após, a Companhia procedeu com a constituição de reserva de lucros à disposição da AGO no total de R\$1.471.577, para que a Assembleia Geral Ordinária decida pela destinação do saldo remanescente do lucro, após constituídas as reservas previstas na legislação e no Estatuto da Companhia. A composição do Patrimônio Líquido é demonstrada na tabela a seguir:									
				2025		2024			
<b>Composição do Patrimônio Líquido</b>				2025		2024			
Capital social		47.538.991	47.538.991						
Reserva para investimentos		5.726.484	3.413.812						
Reserva legal		910.635	812.523						
Reserva de lucros à disposição da AGO		1.471.677	1.920.224						
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.078.170	-						
<b>Total</b>		<b>56.725.957</b>	<b>53.685.551</b>						
<b>25. Receita líquida</b> As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o seu valor, os seus respectivos custos, e o estágio de conclusão dos serviços puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Para que ocorra o reconhecimento da receita, a Companhia utiliza o modelo de cinco etapas previsto no CPC 47 para determinar quando reconhecer a receita: 1) Identificação do contrato; 2) Identificação da obrigação de desempenho; 3) Determinação do preço da transação; 4) Alocação do preço da transação; e 5) Aceite do cliente e reconhecimento da receita. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando (ou à medida que) a Procepmat satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. As receitas de prestação de serviços são provisionadas dos segmentos de processamentos de dados, desenvolvimento de software e suporte técnico. <b>25.1. Conciliação da Receita Bruta</b> A conciliação entre a Receita Bruta e Líquida consta abaixo. Conforme pode-se observar, a Receita Bruta de Serviços apresentou um aumento de R\$ 23,8 milhões (15,9%) em relação ao exercício de 2024. Este aumento refletiu o aumento da produtividade dos funcionários da Procepmat, devido à melhor alocação de seus recursos técnicos, operacionais e de estrutura, resultando em maior capacidade de atendimento às demandas do Município, através da implementação de novos projetos e melhoria dos projetos já existentes. Verifica-se que diminuiu em R\$ 503 mil em cancelamentos e abatimentos de serviços prestados. Tal variação deve-se, sobretudo, a ajustes necessários no processo de aceite, validação e processo de faturamento, com o objetivo de atender às melhores práticas contábeis, bem como ao aprimoramento e melhorias no processo de faturamento.									
				2025		2024			
<b>Receita de prestação de serviços</b>		<b>173.137.047</b>	<b>149.324.847</b>						
Operação e desenvolvimento de sistemas		123.458.641	104.087.809						
Gestão de infraestrutura		49.110.347	44.320.556						
Telecomunicações e provedor de internet		568.059	916.482						
<b>Deduções da receita bruta</b>		<b>(3.950.290)</b>	<b>(9.417.843)</b>						
Cancelamentos e Abatimentos		3.064.339	(3.567.619)						
Tributos sobre a receita		(701.629)	(15.805.224)						
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>169.186.757</b>	<b>139.907.004</b>						
<b>26. Composição de custos e despesas por natureza</b> A Demonstração do Resultado do Exercício da Companhia é elaborada de acordo com a função da despesa. Porém, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), quando as Companhias elaboram a DRE segundo a função da despesa, devem reconciliar os valores									

**COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - PROCENPA**  
**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Com o relatório dos auditores independentes**

Realização tributos diferidos passivo			
Descrição	2026	2027	2028
IRPJ Diferido	(16.323)	(16.796)	(17.309)
CSLL Diferida	(5.876)	(6.047)	(6.231)
<b>Total</b>	<b>(22.199)</b>	<b>(22.843)</b>	<b>(23.540)</b>

**31. Instrumentos financeiros** Em relação à NBC TG 48, com aplicação a partir de janeiro de 2018 na Companhia, os seguintes itens patrimoniais estão abrangidos pela norma: Caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber de clientes; e contas a pagar ou fornecedores, receitas antecipadas e previdência complementar a pagar. Não houve alteração no tratamento contábil a qualquer dos itens mencionados, conforme detalhado a seguir: a) Caixa e equivalentes de caixa: são valores que transitam entre as contas correntes da Companhia e aplicações em fundos de investimento de baixo risco e com liquidez imediata. Estas aplicações ocorrem pela aquisição de cotas, as quais são valoradas diariamente pelo método de marcação a mercado atrelado a carteira de ativos dos fundos, descontando os custos operacionais ligados à administração e gestão destes instrumentos. Nos resgates incide imposto de renda sobre os rendimentos e, para resgate de recursos com menos de 30 dias de aplicação, incide também IOF. b) Créditos a receber de clientes: não possuem componente de financiamento embutidos em seu valor, uma vez que representam o valor acordado entre as partes em bases contratuais, com vencimento médio de trinta dias, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. Nos termos da NBC TG 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais sendo, portanto, reconhecidos pelo custo amortizado. c) Contas a pagar ou fornecedores: em regra, a PROCENPA não possui passivo oneroso. Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. O objetivo comercial do passivo é o financiamento das atividades operacionais, mantido até o vencimento. É reconhecido pelo custo amortizado, não se alterando a forma anterior de reconhecimento. d) Receitas Antecipadas: referem-se a receitas pagas antecipadamente cuja obrigação contratual será realizada no decorrer do exercício de 2025. Não possuem componente de financiamento embutidos em seu valor, uma vez que representam o valor acordado entre as partes em bases contratuais, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. e) Previdência complementar a pagar: clientes: referem-se a valores que a Companhia deve pagar em virtude de equacionamento do déficit atuarial do plano de previdência complementar aos funcionários. Não possuem componente de financiamento embutidos em seu valor, uma vez que representam o valor acordado entre as partes em bases contratuais, com vencimento médio de trinta dias, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. De acordo com a NBC TG 48, os instrumentos financeiros podem ser mensurados pelo custo amortizado (CA), pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros	Custo amortizado	Valor justo	VJORA	Total
Caixa e equivalentes de caixa	26.060.254	-	-	26.060.254
Contas a receber de clientes	17.228.534	-	-	17.228.534
Empréstimos e Financiamentos	15.637.004	-	-	15.637.004
Fornecedores	10.725.581	-	-	10.725.581
Previdência Complementar a pagar	2.873.432	-	-	2.873.432
Receitas Antecipadas	1.148.648	-	-	1.148.648
<b>Total em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>73.673.453</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>73.673.453</b>

**32. Processos Judiciais contra ex-gestores.** A Companhia é parte ou interessada em processos judiciais em andamento contra antigos administradores da Companhia decorrentes de Improbidade Administrativa e de Execução de Títulos Executivos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCERS). O reconhecimento contábil dos títulos executivos é realizado dentro da perspectiva do efetivo recebimento, conforme dispõe o Pronunciamento Técnico Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões: Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Embora a Resolução TCE-RS nº 1.039/2015 determine a contabilização integral dos valores decorrentes de decisões que imputam débito ou multa, e levando em consideração que a decisão judicial determinou o desconto de 30% (trinta por cento) da remuneração do ex-gestor para pagamento à Procempa, a estimativa de recebimento total que resultaria em benefícios econômicos à empresa é de R\$ 1.262.781 dos quais já foram recebidos R\$ 578.170, até 31/12/2025, resultando em um valor líquido a receber de R\$ 682.690. Desta forma, após análise sobre a real expectativa de ingresso de benefícios econômicos para a Companhia, levando em consideração os valores constantes dos títulos executivos, bem como a estimativa dos valores a receber, a administração da Companhia decidiu pelo registro a receber de R\$ 687.178. Abaixo segue o fluxo da estimativa de recebimento dos valores:

Estimativa de recebimento de ex-gestores					
Descrição	Até 2025	2026	2027	+ 4 anos	Total
A receber	662.690	107.638	110.867	384.153	1.265.348
Recebido	578.170	-	-	-	578.170
<b>Saldo a receber</b>	<b>84.521</b>	<b>107.638</b>	<b>110.867</b>	<b>384.153</b>	<b>687.178</b>

**33. Partes Relacionadas** No curso de suas atividades, a Companhia possui transações relevantes com partes relacionadas. As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em

termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a empresa do que aquelas negociadas com terceiros. A Companhia possui Políticas de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração. O documento encontra-se disponível em: [https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu\\_doc/sites/procempa/Politica%20de%20Transacao%20entre%20Partes%20Relacionadas%20final2911.pdf](https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/sites/procempa/Politica%20de%20Transacao%20entre%20Partes%20Relacionadas%20final2911.pdf), **33.1 Transações com Partes Relacionadas** A Companhia mantém contratos de prestação de serviços, com seu acionista controlador, a Prefeitura de Porto Alegre que inclui transações com outras entidades sob o controle da Prefeitura de Porto Alegre. As transações são significativas e, em relação ao faturamento de 2025, a Procempa obteve o total de Receita Bruta de R\$ 173.137.047,00. Destes valor, foram faturados para partes relacionadas o montante de R\$147.620.649,00, conforme demonstrado abaixo:

Faturamento Partes Relacionadas	Faturamento (2025)	em % (2025)	Faturamento (2024)	em % (2024)
Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA	134.694.521	77,80%	129.904.921	86,99%
Depto Municipal de Água e Esgoto - DMAE	9.575.845	5,53%	7.721.358	5,17%
Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB	1.501.484	0,87%	1.299.940	0,87%
Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DM	1.848.800	1,07%	1.356.193	0,91%
<b>Total Faturado Partes Relacionadas</b>	<b>147.620.649</b>	<b>85,26%</b>	<b>140.282.412</b>	<b>93,94%</b>
Outros Clientes	25.516.398	14,74%	9.042.435	6,06%
<b>Faturamento Total em 2024</b>	<b>173.137.047</b>	<b>100,00%</b>	<b>149.324.847</b>	<b>100,00%</b>

As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a empresa do que aquelas negociadas com terceiros. **33.2 Créditos com partes relacionadas** Os créditos são valores a receber decorrentes dos contratos de prestação de serviços firmados com a controladora -PMPA. A composição dos saldos está evidenciada na Nota Explicativa 5. Contas a receber de clientes. Trata-se de valores a receber decorrente de contratos de serviços, realizados em condições normais de mercado, sem quaisquer favorecimentos. **33.3 Obrigações com partes relacionadas** Como resultado de suas transações comerciais com outras esferas de governo e clientes corporativos, a Companhia repassa recursos financeiros ao seu acionista controlador, sob a forma de royalties. Trata-se da exploração dos sistemas desenvolvidos pela Procempa para o Município de Porto Alegre (PMPA), em que a Prefeitura autoriza a oferta destes serviços a clientes governamentais e corporativos. A Companhia repassa à PMPA 40% do valor total do contrato firmado com estes clientes, a título de royalties. Os valores a pagar apurados até o final do ano de 2025 são de R\$4.622.303,30. **33.4 Contratos de imóveis** A Procempa e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre formalizaram, através de contrato de Termo de Permissão de Uso (TPU) no ano de 2023 com validade de dez anos, a mudança da Sede Administrativa da Procempa para as instalações do Centro Administrativo Municipal (CAM). Como contrapartida, uma grande parte do espaço físico da antiga sede foi destinada para a Secretaria Municipal da Segurança (SMSEG), sendo que a Procempa permanece ocupando uma pequena área das instalações para a área de infraestrutura, e um espaço de maior valor agregado para as instalações do Data Center e demais servidores da Procempa. Já em relação ao espaço cedido à Procempa no CAM, foram destinadas a área térrea, o 4º e 5º andares. O valor foi contabilizado como Ativo de Direito de Uso, no imobilizado, de acordo com o valor de mercado dos aluguéis. Em contrapartida no passivo, como Obrigações Contratuais, segregado em curto e longo prazos. **33.5 Membros chave da administração** Os membros chave da administração são os que possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e fazem parte do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva. Os valores compreendem as remunerações, encargos e benefícios, também possui a contratação de serviços de Seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e Administradores.

	2025	2024
Diretoria Executiva	1.405.321	911.618
Conselheiros	742.383	608.604
Seguros	258.163	147.567
<b>Total</b>	<b>2.405.867</b>	<b>1.670.812</b>

Porto Alegre, 26 de março de 2026.  
**Débora Roesler** - Diretora Presidente  
CPF xxx.576.570-xx  
**Thiago Xavier Ribeiro** - Diretor Técnico  
CPF xxx.079-400-xx  
**André Wink Guaragna** - Diretor Administrativo  
CPF xxx.342.450-xx  
**Liziane Erling Torres Rösner** - Controladora CRC-RS 083442/0-4  
CPF xxx.798.140-xx

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2025**

**Aos Administradores e Acionistas da COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - PROCENPA, CNPJ(MF) 89.398.473/0001-00** - Rua Gen. João Manoel, 157 - Centro Histórico 4º e 5º andares / CEP: 90.010-030 Porto Alegre/RS. Prezados(as) Senhores(as),

**1. Opinião sem Ressalva.** Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - PROCENPA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - PROCENPA** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**2. Base para opinião sem ressalva.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a **PROCENPA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**3. Outros assuntos. 3.1 Relatório da Administração.** A administração da PROCENPA é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, consistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar. **3.2 Auditoria dos valores correspondente ao exercício anterior.** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 19 de março de 2025, sem modificação de opinião.

**4. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **PROCENPA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a PROCENPA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **PROCENPA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**5. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **PROCENPA**. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **PROCENPA** a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 26 de março de 2026  
**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC/PE 000150/0**  
**Thomaz de Aquino Pereira** - Contador - CRC/PE 021100/0-8 \*S\*PS - CNA 4650

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - PROCENPA - ATA Nº 498**

Aos dia 08 de abril de 2026, às 10h, reuniram-se os membros do Conselho de Administração a seguir listados: Presidente Antonio Ramos Gomes e os Conselheiros Bruno Vicente Becker Vanuzzi, Fabian Luiz Becker, Jorge Luis Nicolas Audry, Jorge Luiz Silveira Osório, Maria Medeiros Boffil, Oscar Santiago Uribe Rocha e Rodrigo Sartori Fantinel, virtualmente, pela plataforma Jitsi, para deliberar sobre os itens da pauta. Ausente o conselheiro Ricardo Santos Gomes. Presentes ainda na reunião os membros da Diretoria Executiva: Diretora Presidente Débora Roesler, o Diretor Administrativo André Wink Guaragna e o Diretor Técnico Thiago Xavier Ribeiro, e outros participantes: a contadora Liziane Erling Torres Rosner e o Procurador-Geral André Luiz Pontin. O presidente declarou aberta a sessão e, após verificação do quórum legal e regimental, os Conselheiros elegeram Antonio Ramos Gomes e André Luiz Pontin para Presidente e Secretário da reunião, respectivamente. Na sequência, o Colegiado aprovou a ata 497. Ato contínuo, o presidente revisou os itens da pauta, que trataram exclusivamente sobre análise do relatório de administração e das contas da diretoria de 2025, competência deste Conselho de Administração, nos termos do art. 142, III e V da Lei 6.404/1976. Estando os conselheiros de acordo com a pauta, iniciou-se com a fala do Diretor Administrativo, destacando o fato das Demonstrações Contábeis da Companhia terem sido aprovadas sem ressalvas pelos Auditores Independentes, pelo sexto ano seguido. O presidente do Conselho comunicou que as contas de 2025 foram analisadas e aprovadas pelo Conselho Fiscal, conforme Parecer enviado aos membros do Conselho de Administração [38672953]. Também informou que as mesmas foram avaliadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário [38672955] que não inseriu quaisquer recomendações ou apontamentos, recomendando aprovação pelo Conselho de Administração. Ato contínuo, iniciou-se a apresentação, pela contadora Liziane, das Demonstrações Contábeis de 2025, incluindo Relatório de Administração, Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício, Resultados Abrangentes, Mutações do patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa e Notas Explicativas. Os documentos foram disponibilizados aos Conselheiros com antecedência e o durante a reunião a contadora detalhou as Notas Explicativas mais relevantes ou impactantes para o resultado. Após a apresentação, a contadora e o diretor administrativo prestaram esclarecimentos adicionais às dúvidas suscitadas pelos Conselheiros. Por unanimidade, os conselheiros aprovaram o Relatório de Administração 2025, as Demonstrações Contábeis e as contas da Diretoria. Neste momento, também opinaram os Conselheiros quanto a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, detalhados na Nota Técnica 24, apontando os termos propostos pela Diretoria Executiva, e sugerindo a destinação integral do valor previsto de dividendos mínimos para a conta "reserva de investimentos". Segundo recomendação da Diretoria Executiva, tal medida seria necessária considerando o princípio da Prudência e Interesse Público, pois nos próximos exercícios ainda serão indispensáveis investimentos substanciais na infraestrutura de TI da Companhia, para que a Companhia siga com seu plano de apoio em políticas públicas, conforme compromisso expresso em sua carta anual. Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2025**

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCENPA, CNPJ 89.398.473/0001-00, examinamos o relatório [38564384], contendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas, o Relatório de Administração e o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Considerando as atividades de fiscalização exercidas sobre os atos dos administradores, por meio de deliberações deste Colegiado e o parecer da auditoria externa, emitido pela Audimec Auditores Independentes, datado de 26 de março de 2026, formamos a opinião de que os referidos demonstrativos apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, econômica e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e estão em condições de aprovação pelos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 30 de março de 2026.

**Jonas Martins Machado** - CPF xxx.208.840-xx  
**Germano Bremm** - CPF xxx.605.290-xx  
**Vicente Altmayer Perrone** - CPF xxx.847.800-xx  
**Cezar Augusto Schirmer** - CPF xxx.564.350-xx  
**Leticia Novello Cezarotto** - CPF xxx.622.680-xx